

Pobreza feminina nas grandes regiões brasileiras (2012): uma aplicação do método Alkire Foster (AF)¹

Resumo: A literatura sobre a pobreza passou por avanços e mudou o enfoque dos dados baseados somente na renda monetária, para incluir outras dimensões, que melhor explicam o fenômeno da pobreza. Este artigo objetiva aplicar o método Alkire Foster (AF), que serve de base para o índice de pobreza multidimensional (IPM) do PNUD, para analisar a pobreza das mulheres das grandes regiões brasileiras no ano de 2012. Para o estudo foram utilizadas as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Foram definidas quatro dimensões e dezoito indicadores para o cálculo das medidas de pobreza. Os resultados mostraram disparidades entre as grandes regiões do país e identificaram que os indicadores posse de microcomputador, anos de estudo, faixa de rendimento e destino do lixo apresentaram as maiores privações em todas as grandes regiões.

Palavras-chave: Pobreza Multidimensional; Grandes Regiões do Brasil; Método Alkire-Foster.

Abstract: The literature on poverty has gone through advances and changed the data based only focus on monetary income to include other dimensions that best explain the poverty phenomenon. This article aims to apply the Alkire Foster Method (AF), which underpins the multidimensional poverty index (MPI) of UNDP, to analyze poverty among women of Brazilian regions in 2012. For the study the information was used the National Survey by Household Sampling (PNAD). Four dimensions were defined and eighteen indicators for calculating poverty measures. The results showed disparities between the major regions of the country and found that the microcomputer possession indicators, years of education, income range and garbage disposal had the highest deprivation in all major regions.

Keywords: Multidimensional Poverty; Major Regions of Brazil; Alkire-Foster Method.

Classificação JEL: I32; I39.

Maríndia Brites²

Ana Carolina Moura³

Taís Regina da Silva Ferreira⁴

Solange Regina Marin⁵

Tatiana Lanza⁶

² Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Econômico (PPGDE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: marii.brites@gmail.com

³ Mestra do Programa de Pós Graduação em Economia e Desenvolvimento (PPGE&D) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: anacarolinamoura00@gmail.com.

⁴ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGECO) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: tais.ferreirax@gmail.com.

⁵ Professora Doutora do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: solange.marin@ufsc.br

⁶ Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Email: taticlanza@gmail.com.

¹ As autoras agradecem aos comentários dos (das) pareceristas anônimos (as).

1. Introdução

Ao considerar o desenvolvimento como um processo de expansão das capacitações das pessoas e a pobreza como privações das capacitações básicas, as medidas multidimensionais, que levam em consideração outras dimensões além da renda monetária, podem ser mais adequadas para caracterizar a pobreza.

A literatura sobre a pobreza multidimensional passa por avanços constantes, e é baseada nas próprias privações das pessoas, provendo uma visão geral da situação da pobreza. A definição de um índice de pobreza multidimensional é o processo de identificar as “capacitações” dos indivíduos, referente aos funcionamentos que existem na sociedade.

Nesse sentido, a questão que se apresenta é quais os indicadores as mulheres das grandes regiões do Brasil mais são privadas? O objetivo deste artigo é aplicar o método Alkire Foster (AF) para o cálculo de uma medida multidimensional de pobreza para as mulheres das grandes regiões brasileiras no ano de 2012, bem como comparar os resultados encontrados em cada região, dado que a redução do número de pobres não ocorreu de forma igual entre as grandes regiões do país (IPEA, 2010). A escolha do método AF para o estudo nas grandes regiões do Brasil decorreu do objetivo de não apenas identificar quem são os pobres, mas, sobretudo verificar o quão pobre os indivíduos são nas suas diferentes dimensões de vida em cada uma das grandes regiões. A definição das dimensões e indicadores tem por base os trabalhos de Barros et al (2006), Alkire e Santos (2010), Kerstenetzky, et al (2011) e Albuquerque e Cunha (2012), além da disponibilidade de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). O intuito é avaliar as diferenças das regiões, o perfil e as características da pobreza no Brasil, auxiliando os gestores nas propostas de políticas públicas de combate à pobreza.

Este artigo, além desta introdução e das considerações finais, está estruturado em quatro seções. A primeira discorre sobre as características das regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. A segunda apresenta o método AF e a importância das dimensões. A terceira descreve os passos do método AF aplicado às grandes regiões do Brasil. A última seção apresenta os resultados da aplicação do método (AF).

2. Informações sobre as grandes regiões do Brasil

O Brasil, maior país da América do Sul e quinto maior do mundo em área territorial, com extensão de 8.515.767,049 Km², é uma Federação constituída por 26 estados e um Distrito Federal, sendo estes agrupados em grandes regiões, com o intuito de aproximar os estados com suas características econômicas, sociais e políticas. Atualmente, existem cinco regiões oficiais: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste (IBGE, 2013).

2.1. Região Norte

A Região Norte é composta por sete estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, e por 450 municípios; é a maior em extensão territorial (IBGE, 2013). O PIB *per capita* dessa região evoluiu positivamente, mostrando um aumento de aproximadamente 375% de 1995 a 2010, conforme Tabela 1.

A taxa de mortalidade infantil representa a frequência com que ocorrem os óbitos de crianças antes de completar 5 anos de idade em uma população, em relação ao número de nascidos vivos em determinado ano civil; e é expressa para cada mil crianças nascidas vivas (IBGE, 2013). Esse índice, na região Norte, apresentou melhora no período, diminuindo de 1995 para 2010 em mais de 32%.

Tabela 1. Informações sobre a região Norte nos anos de 1995, 2000, 2005 e 2010

Dados/ ano	PIB <i>per capita</i> (em R\$)	Taxa mortalidade infantil (menores de 5 anos, em %)	Cobertura de re- des abastecimento de água (em %)	Cobertura de coleta de lixo (em %)	Taxa de anal- fabetismo (15 anos ou mais, em %)	Nº de extrema- mente pobres
1995	2.669,79	36,8	68,16	58,89	13,34	1.306.090
2000*	4.008,00	33,4	47,12	54,81	15,57	2.966.895
2005	7.241,44	27,6	53,32	72,63	11,55	2.195.480
2010*	12.701,05	25	53,52	71,84	11,12	2.578.318

Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE, IPEA e DATASUS (2013). * Anos censitários

A cobertura de redes de abastecimento de água apresentou melhorias entre 2000 e 2010; em 1995 mostrou a maior proporção de pessoas com cobertura de abastecimento de água e em 2000 a menor. É importante ressaltar que essa região foi a única que apresentou queda nas coberturas de abastecimento de água no período de 1995 a 2000, nas demais regiões todos os anos apresentaram melhoras consecutivas. Uma possível explicação para a diminuição da cobertura de abastecimento de água na região Norte é a própria base de dados: nos anos 2000 e 2010 os dados são oriundos dos Censos Demográficos que abrangem toda a população e áreas, enquanto que em 1995 e 2005, os dados são referentes a PNAD, que é uma pesquisa por amostra. Apenas a partir de 2004, a PNAD incluiu em sua pesquisa as áreas rurais de alguns estados do Norte: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, ou seja, em 1995 essas áreas ainda não eram compreendidas. Segundo informações do IBGE (2004), a abrangência do abastecimento de água varia positivamente com o tamanho populacional dos municípios, que são aqueles situados nas áreas com maior desenvolvimento socioeconômico. Assim, as áreas rurais que normalmente possuem menor tamanho populacional e menor desenvolvimento, apresentam maior carência nos serviços de abastecimento de água, explicando a diminuição desse serviço entre 1995 e 2000, ano em que a população rural estava presente nos dados.

Observam-se as mesmas oscilações quanto a cobertura de coleta de lixo, porém a melhora no período é de quase 22% no período de 15 anos. A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade também decresceu de 1995 a 2010, representando uma queda de mais de 28%; porém a região Norte é a que apresenta a menor queda de todas as regiões. É necessário ressaltar que o IBGE considera que uma pessoa é alfabetizada se ela souber ler e escrever um "bilhete simples".

Segundo o IPEA (2013), o número de extremamente pobres é conceituado como o "número de pessoas em domicílios com renda domiciliar *per capita* inferior à linha de extrema pobreza (ou indigência, ou miséria)". Nessa região, o número de extremamente pobres apresentou oscilações entre os anos estimados, sofrendo um aumento de mais de 97% de 1995 a 2010, que pode ser explicado pela inclusão das regiões rurais do Norte no ano de 2000, enquanto que em 1995 as áreas rurais não eram consideradas (com exceção de Tocantins), dado que os trabalhos de Barros et al (2006) e Kageyama e Hoffmann (2006) demonstram que existem disparidades entre a pobreza urbana e a rural, sendo esta mais severa e intensa.

2.2. Região Nordeste

A região Nordeste é a que possui o maior número de estados, são nove no total: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e

Sergipe; possuindo 1794 municípios em 2012 (IBGE, 2013). O PIB *per capita* da região aumentou mais de 400%, porém, possui o PIB *per capita* mais baixo em todos os anos considerados; em 2010 uma diferença de mais de 180% a menos do que a região Sudeste, que possui o maior PIB *per capita*.

Tabela 2. Informações sobre a região Nordeste nos anos de 1995, 2000, 2005 e 2010

DADOS/ ANO	PIB <i>per capita</i>	Taxa mortal- idade infantil (menores de 5 anos, em %)	Cobertura de redes abas- tecimento de água (em %)	Cobertura de coleta de lixo (em %)	Taxa de anal- fabetismo (15 anos ou mais, em %)	Nº de ex- tremamente pobres
1995	1.889,29	61,9	58,83	48,33	30,49	13.529.257
2000*	3.075,47	48,8	64,64	58,07	24,79	13.443.981
2005	5.498,82	37,3	72,07	69,35	21,89	12.351.83
2010*	9.561,41	22,1	75,29	72,92	18,54	8.561.964

Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE, IPEA e DATASUS (2013). * Anos censitários

A taxa de mortalidade infantil em menores de cinco anos na região nos anos de 1995, 2000, 2005 e 2010, apresentou a maior queda dentre as regiões (64,30%). No que se refere à cobertura de redes de abastecimento de água e a cobertura de coleta de lixo, ambas apresentaram melhora. A população beneficiária de abastecimento de água aumentou aproximadamente 28% e de coleta de lixo mais de 50% no período.

A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade na região Nordeste é a maior de todas as regiões em todos os anos, porém decresceu desde 1995, uma queda de quase 40% da população analfabeta. Na mesma tendência, o número de extremamente pobres também diminuiu no período em mais de 36%.

2.3. Região Sudeste

A região Sudeste é composta por quatro estados – São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo – e por 1668 municípios (IBGE, 2013). É a região que possui o maior PIB *per capita*, aumentando mais de 300% entre 1995 e 2010 (ver tabela 3).

Tabela 3. Informações sobre a região Sudeste nos anos de 1995, 2000, 2005 e 2010

DADOS/ ANO	PIB <i>per capita</i>	Taxa mortal- idade infantil (menores de 5 anos, em %)	Cobertura de redes abas- tecimento de água (em %)	Cobertura de coleta de lixo (em %)	Taxa de anal- fabetismo (15 anos ou mais, em %)	Nº de ex- tremamente pobres
1995	6.294,24	26,5	86,45	82,21	9,28	4.446.363
2000*	9.498,05	22,1	87,66	89,43	7,58	4.132.699
2005	15.468,75	17,9	90,86	93,88	6,58	3.997.580
2010*	25.987,86	15,5	89,9	94,65	5,28	2.564.514

Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE, IPEA e DATASUS (2013). * Anos censitários

A taxa de mortalidade infantil em menores de cinco anos na região Sudeste, conforme tabela 3, diminuiu em todos os anos, apresentando queda de aproximadamente 40% de

óbitos no período.

A região apresentou melhora na cobertura de redes de abastecimento de água, mostrando aumentos consecutivos nos anos de 1995, 2000 e 2005; apenas em 2010 houve uma pequena queda, de 1,06% em relação a 2005, da proporção da população beneficiária. A região Sudeste é a que apresenta os melhores resultados nesse quesito em relação às demais regiões; além disso, é a única que apresentou mais de 90% do total de beneficiários em algum ano (90,86% em 2005). Da mesma forma, também é a região que apresenta os melhores resultados, no mesmo período, da cobertura de coleta de lixo, aumentando mais de 15% da população beneficiária no período.

Tanto a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade como o número de extremamente pobres da região Sudeste apresentou melhora - uma queda de 43,10% da população analfabeta e de 42,32% de extremamente pobres.

2.4. Região Sul

A região Sul do Brasil é a menor em extensão territorial quando comparada com as demais regiões brasileiras e é composta por três estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná; e possui 1791 municípios em 2012 (IBGE, 2013). O PIB *per capita* apresentou aumentos em todos os anos, de quase 360%, no período de 1995 a 2010.

Tabela 4. Informações sobre a região Sul nos anos de 1995, 2000, 2005 e 2010

DADOS/ ANO	PIB <i>per capita</i> (em R\$)	Taxa mortal- idade infantil (menores de 5 anos, em %)	Cobertura de redes abas- tecimento de água (em %)	Cobertura de coleta de lixo (em %)	Taxa de anal- fabetismo (15 anos ou mais, em %)	Nº de ex- tremamente pobres
1995	4.942,22	23,07	75,2	75,87	9,11	2.245.815
2000*	7.737,01	19,9	79,11	82,49	7,15	1.484.357
2005	13.205,96	16,1	83,1	87,16	5,93	1.476.075
2010*	22.722,62	13,5	85	91,24	4,95	693.157

Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE, IPEA e DATASUS (2013). * Anos censitários

A região Sul é a que apresenta as menores taxas de mortalidade infantil em menores de cinco anos em todos os anos analisados, apresentando uma queda de cerca de 40% no período verificado.

A proporção de população beneficiária com cobertura de redes de abastecimento de água e a de coleta de lixo aumentou de quase 13% e de 20%, respectivamente. A região Sul é a que apresenta a menor taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade em todos os anos, além de apresentar redução de mais de 45% da população analfabeta de 1995 a 2010. O número de pobres caiu em quase 70% no período.

2.5. Região Centro-Oeste

A região Centro-Oeste é composta por quatro unidades federativas: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal, onde fica Brasília, a capital do Brasil; além disso, possuía em 2012, 467 municípios (IBGE, 2013).

O PIB *per capita* cresceu em todos os anos, apresentando um aumento de 36,85%. A taxa de mortalidade infantil em menores de cinco anos da região teve queda em todos os anos analisados: uma queda de quase 30% no período verificado.

Tabela 5. Informações sobre a região Centro Oeste nos anos de 1995, 2000, 2005 e 2010

DADOS/ ANO	PIB <i>per</i> <i>capita</i> (em R\$)	Taxa mortal- idade infantil (menores de 5 anos, em %)	Cobertura de redes abas- tecimento de água (em %)	Cobertura de coleta de lixo (em %)	Taxa de anal- fabetismo (15 anos ou mais, em %)	Nº de ex- tremamente pobres
1995	R\$ 5.776,49	26,2	68,1	71,12	13,31	903.085
2000*	R\$ 8.500,24	25,1	72,84	81,57	10,06	859.533
2005	R\$ 14.605,74	21,2	78,03	87,14	8,9	743.546
2010*	R\$ 24.952,88	18,6	81,47	89,6	6,99	604.862

Fonte: elaboração própria com base nos dados do IBGE, IPEA e DATASUS (2013). * Anos censitários

Ocorreram melhoras na cobertura de redes de abastecimento de água nessa região com aumentos consecutivos nos anos de 1995, 2000, 2005 e 2010 da proporção da população beneficiária, subiu quase 20% no período. O mesmo ocorreu com a cobertura de coleta de lixo, com aumento de mais de 25% de 1995 a 2010.

A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade decresceu de 1995 a 2010: cerca de 40% da população deixou de ser considerada analfabeta. O mesmo aconteceu com o número de extremamente pobres, que caiu 33% no período.

Na próxima seção é apresentado o método AF para a análise da pobreza multidimensional nas cinco regiões descritas nessa seção. O método AF permite verificar quais privações são mais sofridas pelas mulheres, isto é, a composição da pobreza em cada uma das regiões brasileiras.

3. O método Alkire Foster (AF)

3.1. As etapas do método Alkire Foster

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) (PNUD, 2010), a medida de pobreza que considera apenas a privação da renda monetária é considerada importante, porém é preciso considerar outras dimensões, abrangendo, por exemplo, a saúde e a nutrição deficientes, o baixo nível de educação, as más condições de moradia, a exclusão social, entre outras. A renda monetária não é capaz de capturar os múltiplos aspectos que contribuem para a pobreza, sendo necessário analisar em separado as diferentes dimensões.

Sabina Alkire e James Foster (2007) criaram um novo método para medir a pobreza multidimensional (referido como AF para Alkire Foster). Para Alkire e Santos (2009), o método AF resulta em uma medida de pobreza que tem vantagens na utilização: escolha flexível de indicadores e dimensões de acordo com a localidade, escolha de pesos para cada indicador e/ou dimensão e flexibilidade da base de dados, que pode envolver a utilização de dados cardinais, ordinais ou categorias.

A medida resultante do método AF reflete as características da pobreza por meio de múltiplas privações que uma pessoa sofre através de um índice sintético, que pode ser decomposto por regiões, grupos e dimensões, mostrando a intensidade da pobreza entre diferentes regiões, etnias, entre outros aspectos (PNUD, 2010). O novo método para a medição de pobreza multidimensional compreende 12 passos. As etapas são descritas abaixo, conforme Alkire e Foster (2007, 2009) e Alkire (2011):

(1) O primeiro passo é escolher a unidade de análise que pode ser um indivíduo ou família, ou ainda uma comunidade, escola, clínica ou outra unidade;

(2) A escolha das dimensões é importante e menos aleatória do que as pessoas assumem. David Grusky e Ravi Kanbur (2006 *apud* Alkire, 2008) sugerem que a etapa da escolha das dimensões merece atenção, pois não há um consenso sobre qual dimensão utilizar e nem como definir a dimensão que efetivamente importa;

(3) A definição dos indicadores para cada uma das dimensões consideradas;

(4) O estabelecimento da primeira linha de pobreza. Um corte de pobreza é definido para cada um dos indicadores de forma que seja possível identificar o indivíduo como pobre ou não pobre em determinado indicador. Por exemplo, se o indicador é anos de estudo: 6 ou mais anos de estudo seria não privado, 1-5 seria privado;

(5) A aplicação da primeira linha de pobreza: substitui a realização com o status da pessoa com respeito a cada corte considerado; por exemplo, na dimensão saúde, quando os indicadores são acesso a atendimento médico e morbidade corporal autodeclarada, as pessoas são identificadas como privadas (P) ou não privadas (NP) para cada indicador. O processo é repetido para todos os indicadores de todas as dimensões. (P) significa que a pessoa é privada (seu valor nesse indicador é menor do que o corte) e (NP) significa que a pessoa é não privada (seu valor é maior que o corte);

(6) A contagem do número de privações de cada indivíduo: admitindo pesos iguais para os indicadores, o processo é encontrar o número de indicadores n onde cada pessoa é privada;

(7) O estabelecimento do segundo corte de pobreza: identificado como k , que dá o número de indicadores em que uma pessoa deve ser privada para considerá-la como multidimensionalmente pobre;

(8) Aplicação da linha k para obter o grupo de pessoas pobres e omitir os dados das pessoas que não são consideradas multidimensionalmente pobres (os não pobres recebem zero nos resultados das dimensões);

(9) O cálculo da incidência H : a proporção de pessoas que são privadas em k ou mais indicadores sobre o total de indivíduos analisados;

(10) O cálculo do hiato de pobreza média A : proporção de privações que cada pessoa pobre sofre sobre o total de indicadores somado ao mesmo cálculo das demais, dividido pelo total de pessoas pobres;

(11) O cálculo da incidência ajustada M_0 : $H \times A$;

(12) A decomposição por grupos e segmentar por dimensões: M_0 pode ser decomposto para cada subgrupo da população, depois disso pode-se analisar a contribuição de cada dimensão para a pobreza geral. A é dividido pelos pobres na dimensão j , resultando em A_j que multiplicado por H leva a M_{0j} , a dimensão ajustada que mostra a participação da dimensão j na pobreza global.

A escolha do método AF para o estudo nas grandes regiões do Brasil decorreu do objetivo de não apenas identificar quem são os pobres, mas, sobretudo verificar o quão pobre os indivíduos são nas suas diferentes dimensões de vida em cada uma das grandes regiões. O método AF está baseado no uso de multidimensões de vida e para tanto é discutida a relevância das dimensões bem como de sua definição e uso no cálculo da medida de pobreza.

3.2. Definição e importância das dimensões

Segundo Alkire (2002, p. 182), dimensão pode ser considerada como “qualquer um dos aspectos componentes de uma situação em particular”, e as suas características formam o desenvolvimento humano que coexiste com outros componentes. O

desenvolvimento humano pode ser entendido como o florescimento humano em seu sentido mais amplo, em assuntos públicos e privados, econômicos, sociais, político e espirituais.

Ainda segundo Alkire (2002), há diversos motivos que indicam a necessidade de se especificar dimensões. Uma razão fundamental ocorre em função do objetivo multidimensional do desenvolvimento humano, pois a pobreza precisa ser reduzida e o bem-estar precisa ser melhorado. O segundo relaciona-se com a necessidade de metodologias eficazes para avaliar *trade offs* dentro das diferentes comunidades. Uma terceira razão fundamental é que um conjunto de dimensões pode ajudar os grupos a identificar os impactos indesejados. Uma razão final diz respeito a determinação de dimensões que sejam facilmente entendidas, pois teorias que não são de fácil utilização não se espalham.

Para Sen (2000), as dimensões precisam ser entendidas como capacitações. Quando ocorre a expansão dessas capacitações o desenvolvimento acontece, ou seja, ocorre a expansão da liberdade humana. O desenvolvimento consiste na exclusão das privações, resultando na liberdade das pessoas de promoverem ou alcançarem funcionamentos que elas consideram como valiosos. A pobreza, nessa perspectiva, passa a ser entendida como privação de capacitações e seria amenizada com a eliminação de dimensões de vida privadas. No entanto, uma questão importante é como definir as dimensões do desenvolvimento humano e da pobreza que satisfazem tanto as preocupações de Sen (2000) quanto às de seus críticos. "Há 15 anos, no entanto, alguns críticos da abordagem das capacitações – dentre eles Sugden (1993) – reclamam devido ao fato de Sen não dar maior orientação sobre quais as capacitações que são especialmente valiosas" (Alkire, 2002, p.184).

Para Alkire (2002, p. 182), a chave para especificar dimensões está na abordagem de Finnis; que desenvolveu uma concepção de "valores humanos básicos" para atender as preocupações de Sen. John Finnis (1997, 1998, 1999 *apud* ALKIRE, 2002) argumenta que esses motivos ou valores básicos podem ser identificados por qualquer indivíduo que se pergunta "por que é que eu faço o que eu faço?" e "por que as outras pessoas fazem o que elas fazem?" ao refletir sobre o porquê fazemos o que fazemos, uma pessoa está refletindo sobre suas experiências de vida, raciocinando sobre o que fazer. "Quando perguntado repetidamente para qualquer pessoa ou grupo, leva ao reconhecimento de um conjunto heterogêneo discreto de razões mais básicas e simples para agir que refletem a completa gama de funcionamentos humanos" (Alkire, 2002, p. 185).

Além disso, as "dimensões do desenvolvimento humano são irreduzíveis, não hierárquicas, incomensuráveis e, portanto, tipos básicos de fins humanos" (ALKIRE, 2002, p. 186). Dimensões não são derivadas da ideia sobre o que é ter vida boa, mas são valores ou motivos que são reconhecidos na prática, ou seja, na própria experiência de vida das pessoas.

Depois de definido o conceito de dimensão, é necessário escolher as dimensões a serem usadas no estudo. David Grusky e Ravi Kanbur (2006 *apud* Alkire, 2008) sugerem que a etapa da escolha das dimensões merece atenção, pois não há um consenso sobre qual dimensão utilizar e nem como definir a dimensão que efetivamente importa.

As dimensões podem ser selecionadas por meio de cinco métodos: dados existentes; suposições que podem ser feitas com base em uma teoria; lista de dimensões, onde as pessoas selecionam as dimensões mais valoradas; processo participativo deliberativo permanente, utilizando discussões em grupo e análises participativas reais das pessoas; e propor dimensões com base em estudos empíricos de valores e/ou comportamentos das pessoas (ALKIRE, 2008).

Segundo Alkire (2008), existe um grande número de pesquisadores que escolhem dimensões para analisar a pobreza multidimensional, mas que não explicam suas

razões pelas escolhas, criando um problema. Dessa forma, o leitor é incapaz de sondar as dimensões escolhidas, confiar ou questioná-las. As dimensões são escolhidas por conveniência, com base nos valores das pessoas em análise ou por convenção dentro da literatura. Robeyns (2000 *apud* ALKIRE, 2008) sugere que é de grande valor quando os autores descrevem explicitamente como e porque eles escolheram as dimensões utilizadas.

Para Neef e Grisez (1987 *apud* Alkire, 2002, p. 193), as dimensões devem ter as seguintes características: devem ser significativamente valoradas, não apenas por ser um instrumento conveniente; cada dimensão deve ser apresentada de forma clara, de modo que diferentes culturas e sistemas de valores possam identificá-las; em conjunto devem abranger qualquer valor humano; e não demonstra exatamente a visão da boa vida, as dimensões do desenvolvimento humano mostram os valores básicos que as pessoas procuram, não indicam nem virtudes, nem qualidades pessoais.

O RDH (PNUD, 1992) cita a importância de se pensar em dimensões que vão além da renda, pois a erradicação da pobreza deve ser combatida desde o início pelo investimento em pessoas. Pessoas com saúde e educação além de participar do planejamento e execução do programa de desenvolvimento, aumentando seus próprios padrões de vida, promovem o crescimento econômico de país como um todo.

Como exemplo de dimensões, o RDH de 1994 (PNUD), menciona as “novas” dimensões da segurança humana, que podem ser entendidas em dois aspectos:

Isso significa, em primeiro lugar, a segurança de tais ameaças crônicas como fome, doenças e repressão. E em segundo lugar, isso significa proteção contra interrupções repentinas e prejudiciais nos padrões de vida-se diariamente nos lares, no trabalho ou nas comunidades. Essas ameaças podem existir em todos os níveis de renda e de desenvolvimento nacional (PNUD, 1994, p. 23).

Há dois componentes da segurança humana, que são a liberdade do medo e a liberdade de querer. Dentre as ameaças à segurança humana, é possível citar a econômica, a alimentar, a saúde, a ambiental, a pessoal, a comunidade e a política (PNUD, 1994).

Após definidos os passos do método e a definição e importância das dimensões, a próxima subseção apresenta a metodologia AF aplicada às grandes regiões brasileiras.

4. O Método Alkire Foster (AF) e as grandes regiões brasileiras

4.1. Unidade de análise, escolha das dimensões, indicadores e definição da primeira linha de corte

O primeiro passo da metodologia AF consiste na definição da unidade de análise – as mulheres das grandes regiões brasileiras. A escolha das mulheres deve-se ao fato de que são elas que permanecem com os filhos quando as famílias se desfazem, tornando-se o núcleo familiar, visto que as crianças são as que possuem a maior vulnerabilidade dentro das famílias (SANTOS e KERSTENETZKY, 2010). Segundo Marin e Ottonelli (2009), são as mulheres que formam o conhecimento dos filhos, seguindo também o argumento de Sen (2000) sobre o importante papel das mulheres no processo de desenvolvimento como expansão das capacidades humanas.

As mulheres são geralmente mais pobres que os homens (Todaro e Smith, 1955). Segundo informações do DIEESE (2012), a renda dos homens sempre foi superior a das mulheres, porém, entre os anos de 2000 e 2009, ocorreu redução de diferenças de renda entre os gêneros, passando de 17, 2% para 16,8% no Brasil. Porém, essa redução não ocorreu de forma igual para todas as grandes regiões: enquanto no Norte e Nordeste houve redução da diferença da renda média entre homens e mulheres, de 12,2% para 8,3% e de 17,1% para 8,1% respectivamente, no Sudeste e Centro-Oeste a disparidade de rendimento aumentou. Na região Sul não ocorreu mudanças significativas, isto é, as diferenças de rendimentos entre homens e mulheres mantiveram-se estáveis.

O DIEESE (2012) ainda destaca que em relação ao hiato da renda média das mulheres em relação aos homens ter diminuído apenas no Norte e Nordeste entre 2000 e 2009, essas regiões e o Centro-Oeste são aquelas em que a desigualdade de renda segundo o sexo ficou menor, se comparadas aos diferenciais de rendimentos do Sul e do Sudeste. Quanto ao Centro-Oeste, em 2000 e 2009 era a região que tinha a menor desigualdade de rendimento por sexo entre todas as regiões, mas aumentou a desigualdade em 3.3 pontos percentuais no período. Por outro lado, no Sul e Sudeste a diferença de renda das mulheres já era maior em relação aos homens. Salienta-se que essa diferença no rendimento das mulheres em relação aos homens é menor no mercado de trabalho formal do que quando se considera os rendimentos médios de todas as ocupações.

Além das mulheres receberem menores rendimentos que os homens, também são mais privadas na saúde, na educação e em todas as formas de liberdade. São elas que realizam a educação primária das crianças, despendendo maior renda sob seu controle para os filhos do que os pais fazem, quebrando, assim, um ciclo de pobreza. Portanto, para exercer maior impacto no desenvolvimento, é necessário capacitar e investir em suas mulheres (Todaro e Smith, 1955).

A escolha das dimensões e indicadores - segundo e terceiro passos – teve por base a literatura existente sobre as medidas multidimensionais de pobreza, como os trabalhos⁷ de Barros et al (2006), Alkire e Santos (2010), Kerstenetzky, et al (2011) e Albuquerque e Cunha (2012), além da busca dos dados disponíveis em pesquisas domiciliares, a PNAD.

O quadro 1 apresenta as quatro dimensões com seus respectivos indicadores e linhas de corte.

Com a utilização dos dados da PNAD, a pesquisa ficou composta por quatro dimensões e dezoito indicadores e foi aplicada a 186.054 mulheres residentes nas cinco grandes regiões do Brasil. Os dados adquiridos foram usados nas etapas seguintes da pesquisa para o cálculo das medidas de incidência (H), intensidade (A) e incidência ajustada da pobreza (M_0) propostas por AF.

O quarto passo do método AF consiste na definição da 1ª linha de pobreza, ou seja, a determinação de um ponto de corte (valor mínimo aceitável) para cada um dos indicadores considerados, conforme terceira coluna do Quadro 1.

4.2. Aplicação da primeira linha de corte e soma das privações de cada indivíduo

No 5º passo foi aplicada a primeira linha de pobreza; é definida se a pessoa é privada (P) ou não privada (NP) para cada um dos indicadores das quatro dimensões consideradas. Por exemplo, na dimensão “acesso a condições básicas de sobrevivência”, no indicador “tem rádio”, a pessoa é considerada privada (P) se não tiver esse bem, e não privada (NP) se tem rádio.

O passo 6 consiste na soma das privações de cada indivíduo, ou seja, em quantos indicadores cada pessoa é privada, cada um com igual peso dentro da sua dimensão (PNUD, 2010).

⁷ No trabalho de Alkire e Santos (2010) as dimensões utilizadas são saúde, educação e padrão de vida; Kerstenetzky et al (2011) utilizaram conhecimento, vida saudável e controle sobre o ambiente; Barros et al (2006) utilizaram as dimensões vulnerabilidade, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, escassez de recursos, desenvolvimento infantil e carências habitacionais; e Albuquerque e Cunha (2012) utilizaram condições habitacionais, saneamento, educação, trabalho, demografia e renda.

Quadro 1. Dimensões, indicadores e linhas de corte.

Dimensões	Indicadores	Não Privado se...
Acesso a condições básicas de sobrevivência	1. Material predominante na construção das paredes externas do prédio	1. O material predominante na construção das paredes externas do prédio for de alvenaria ou madeira aparelhada
	2. Tem água canalizada em pelo menos um cômodo do domicílio	2. Tem água canalizada em pelo menos um cômodo do domicílio
	3. Tem banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade	3. Tem banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade
	4. Destino do lixo domiciliar	4. O destino do lixo é através de coleta direta ou indireta
	5. Forma de iluminação do domicílio	5. A iluminação do domicílio é elétrica (de rede, gerador, solar)
	6. Tem fogão de duas ou mais bocas	6. Tem fogão de duas bocas ou mais
	7. Tem rádio	7. Tem rádio
	8. Tem televisão em cores	8. Tem televisão em cores
	9. Tem geladeira	9. Tem geladeira de uma ou duas portas
Acesso a trabalho e renda	1. Posição na ocupação no trabalho principal	1. É empregado com carteira de trabalho assinada ou militar ou funcionário público estatutário ou trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada ou trabalho por conta própria ou é empregador
	2. Horas trabalhadas por semana para todos os trabalhos	2. Trabalha até quarenta e quatro horas por semana
	3. Faixa do rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>	3. Rendimento mensal superior a 1/2 salário mínimo
Acesso ao conhecimento	1. Anos de estudo	1. Se a pessoa tem seis anos ou mais de estudo
	2. Sabe ler e escrever	2. Sabe ler e escrever
	3. Tem microcomputador	3. Tem microcomputador
Controle sobre o próprio ambiente	1. Tempo de percurso diário de ida da residência para o local de trabalho	1. O tempo de percurso é de até 1 hora
	2. Condição de ocupação do domicílio	2. A condição de ocupação do domicílio for próprio, já pago ou próprio, ainda pagando ou alugado.
	3. Teve algum trabalho no período de referência de 365 dias (menores, de 5 a 9 anos de idade)	3. Não teve nenhum trabalho no período de referência de 365 dias.

Fonte: elaboração própria com base nos dados da PNAD (IBGE).

4.3. Definição e aplicação da segunda linha de pobreza (k), percentual de pobres (H), pobreza média (A) e pobreza ajustada (M_0)

O sétimo e o oitavo passos consistem na definição e na aplicação da segunda linha de pobreza, denominada k , determinando, assim, o número mínimo de privações que um indivíduo precisa apresentar para ser considerado multidimensionalmente pobre. Os dados dos indivíduos que tiverem número menor de privações que k , serão omitidos.

O estabelecimento e aplicação do valor de k – sétimo e oitavo passos – tem por base o trabalho de Alkire e Seth (2009) que ressaltam a importância de estabelecer valores intermediários para k . Se o gestor público adotar um posicionamento de que pobre é a pessoa que é privada em um ou mais indicadores, tem-se que 100% das pessoas seriam pobres e alvo de medidas de políticas públicas. Por outro lado, conforme o valor de k aumenta, o percentual de pessoas pobres diminui, podendo chegar a 0,0%.

O k escolhido como a 2ª linha de pobreza é $k=6$, que representa 1/3 do total de 18 indicadores utilizados neste artigo. Os indivíduos com seis ou mais privações serão considerados multidimensionalmente pobres, enquanto que as pessoas que ficarem abaixo da segunda linha de corte, ou seja, forem privadas em menos de 6 indicadores (não pobres), serão desconsideradas, dado que a medida trata apenas das pessoas que são multidimensionalmente pobres.

O nono passo resulta na incidência H , ou seja, a proporção de pobres, conforme a equação 1. Por exemplo, se a população total é formada por 10.000 pessoas e 4.000 são consideradas multidimensionalmente pobres, o $H=0,40$, ou seja, 40% da população.

$$H = \frac{N_p}{N} \quad (1)$$

Onde:

N_p = número de pessoas multidimensionalmente pobres;

N = número total da população;

H = Headcount, que varia de 0 (nenhum pobre) a 1 (toda a população é pobre).

O décimo passo, é o cálculo da pobreza média (A), que é a intensidade da pobreza, que mostra em média em quantos indicadores as pessoas são pobres. Para o cálculo é realizada a soma das razões do número de privações de cada pessoa pobre e total de indicadores (18) e o resultado é dividido pelo total de pessoas de cada região brasileira.

O penúltimo passo mede o M_0 , que é a incidência ajustada, obtida através da multiplicação da proporção de pobres H pela pobreza média A ; que resume em um único índice a incidência e a intensidade da pobreza multidimensional, conforme equação 2, a seguir:

$$M_0 = H \times A \quad (2)$$

Onde:

M_0 = incidência ajustada;

H = Headcount (proporção de pobres);

A = intensidade da pobreza.

A importância do M_0 está na capacidade que possui de avaliar as políticas públicas de combate a pobreza, visto que a medida de pobreza diminuirá mais conforme a

política beneficie os pobres que sofrem uma pobreza mais intensa (Gallo e Roche, 2011).

Segundo Gallo e Roche (2011, p. 11), "(...) es decir M_0 , se interpreta como la proporción de carencias que experimenta la población pobre, respecto al máximo posible de privaciones que podría experimentar toda la población". Portanto, M_0 é a soma ponderada de privações, que é interpretada como a "falta de liberdade" da população, que neste trabalho é representado pelas mulheres (Alkire, 2011).

Além disso, Gallo e Roche (2011) também afirmam que é possível interpretar o valor de M_0 , que varia entre 0 e 1 (quanto mais próximo de 1 mais pobre e maior privação nas dimensões) como porcentagem de uma possível situação de extrema pobreza que poderia sofrer uma determinada população. "Si por ejemplo en un caso particular resulta ser $M_0 = 0.4$, esto se leería, en términos porcentuales, que el total de dimensiones en que los pobres tienen carencia representa el 40% del máximo posible en la población en estudio" (GALLO E ROCHE, 2011, p. 11).

Por último, o passo 12, é a decomposição de M_0 e a segmentação por dimensões. Neste caso, optou-se por identificar os indicadores que possuem o maior número de privações em cada dimensão e os indicadores onde as mulheres são mais privadas em cada uma das grandes regiões.

5. Análise dos resultados

Nos últimos passos do método AF são calculados a proporção dos pobres (H), a intensidade da pobreza ou pobreza média (A), que mostra em média em quantos indicadores as pessoas são consideradas pobres e a incidência ajustada pela intensidade (M_0). Nas tabelas abaixo são apresentados os resultados agregados correspondentes aos passos 7 a 11 do método AF descritos anteriormente, para cada k.

5.1. Avaliação de mudanças no nível de bem-estar

Nota-se que conforme o número de indicadores (k) aumenta, o número de pessoas multidimensionalmente pobres diminui, assim como a proporção (H). Quando utilizado $k = 1$, ou seja, quando é considerado que pobre é quem for privado em pelo menos um dos indicadores usados, quase 90% das mulheres foram consideradas pobres, assim, também pode-se concluir, que cerca de 10% da população feminina da região Norte é considerado não privado (NP) em nenhum dos dezoito indicadores selecionados. Por outro lado, quanto maior o valor de k, menor será o número de pessoas multidimensionalmente pobres. Quando $k \geq 15$, não existe nenhuma mulher pobre..

A proporção de pobres varia de 88,92%, para $k = 1$, a zero, para $k \geq 15$. A pobreza média (A) aumentou até $k = 14$, chega a zero quando utilizados 15 indicadores, pois não há nenhuma mulher com este número de privações. A última coluna apresenta o M_0 , que é o índice de pobreza multidimensional, que variam de 0,17 a zero, isto é, as mulheres são consideradas privadas em no máximo 17% dos indicadores (em $k=1$).

Na medida geral, onde $k = 6$, a proporção de pessoas consideradas multidimensionalmente pobres é igual a 12,08%, que representa 3433 mulheres. Na medida da intensidade da pobreza (A), as pessoas representam em média privação em 4 indicadores dos 18 selecionados na pesquisa.

Nesta medida geral, a região Norte é a que apresenta a maior proporção de pobres de todas as regiões.

Tabela 6. Pobreza multidimensional na região Norte para k indicadores em 2012.

k	Total de mulheres	Nº de pobres	H	A	M_0
1	28411	25265	0,889	0,186	0,165
2	28411	20554	0,723	0,216	0,156
3	28411	15004	0,528	0,255	0,134
4	28411	9910	0,348	0,3	0,104
5	28411	5901	0,207	0,353	0,073
6	28411	3433	0,12	0,408	0,049
7	28411	2021	0,071	0,461	0,032
8	28411	1228	0,043	0,507	0,021
9	28411	729	0,025	0,55	0,014
10	28411	401	0,014	0,593	0,008
11	28411	171	0,006	0,644	0,003
12	28411	73	0,002	0,689	0,001
13	28411	26	0	0,73	0
14	28411	4	0	0,777	0
15	28411	0	0	0	0

Fonte: Elaborada pelos autores.

5.2. Incidência e intensidade da pobreza na região Nordeste

Quando utilizado $k=1$, aproximadamente 88% das mulheres foram consideradas pobres, assim, também pode-se concluir, que cerca de 12% da população feminina da região Nordeste é considerada não privada (NP) em nenhum dos dezoito indicadores selecionados. De outro modo, quanto maior o valor de k , não existe pessoa pobre.

Tabela 7. Pobreza multidimensional na região Nordeste para k indicadores em 2012.

k	Total de mulheres	Nº de pobres	H	A	M_0
1	54816	47935	0,874	0,176	0,154
2	54816	38316	0,698	0,207	0,144
3	54816	27513	0,501	0,245	0,123
4	54816	17393	0,317	0,29	0,092
5	54816	10035	0,183	0,341	0,062
6	54816	5599	0,102	0,391	0,039
7	54816	2954	0,053	0,442	0,023
8	54816	1562	0,028	0,491	0,014
9	54816	761	0,013	0,541	0,007
10	54816	345	0,006	0,59	0,003
11	54816	134	0,002	0,645	0,001
12	54816	60	0,001	0,688	0
13	54816	19	0	0,736	0
14	54816	5	0	0,777	0
15	54816	0	0	0	0

Fonte: Elaborada pelos autores.

A proporção de mulheres pobres varia de 87,44%, para $k=1$, a zero, para $k \geq 15$. A pobreza média (A) aumentou até $k = 14$, chega a zero quando utilizado 15 indicadores, pois não há nenhuma mulher com este número de privações. A última coluna apresenta o índice de pobreza multidimensional, que varia de 0,15 a zero, ou seja, as mulheres são consideradas privadas no máximo em 15% dos indicadores desta região.

Na medida geral, onde $k=6$, a proporção de pessoas consideradas multidimensionalmente pobres é igual a 10,21%, representando 5599 mulheres. Na medida da intensidade da pobreza (A), as pessoas representam em média privação em 4 indicadores dos 18 selecionados na pesquisa.

5.3. Incidência e intensidade da pobreza na região Sudeste

Na região Sudeste, quando utilizado $k=1$, aproximadamente 76% das mulheres foram consideradas pobres, assim, também é possível concluir, que cerca de 25% das mulheres do Sudeste são consideradas não privadas (NP) em nenhum dos dezoito indicadores selecionados. Na outra ponta, quanto maior considerarmos o valor de k , não existe pessoa pobre, como por exemplo, quando $k \geq 13$.

Tabela 8. Pobreza multidimensional na região Sudeste para k indicadores em 2012.

k	Total de mulheres	Nº de pobres	H	A	M_0
1	54546	41599	0,762	0,121	0,092
2	54546	26409	0,484	0,159	0,077
3	54546	13743	0,251	0,204	0,051
4	54546	5951	0,109	0,253	0,027
5	54546	2183	0,04	0,306	0,012
6	54546	723	0,013	0,361	0,004
7	54546	247	0,004	0,417	0,001
8	54546	83	0,001	0,474	0
9	54546	33	0	0,52	0
10	54546	8	0	0,583	0
11	54546	2	0	0,666	0
12	54546	2	0	0,666	0
13	54546	0	0	0	0

Fonte: Elaborada pelos autores.

A proporção de mulheres pobres varia de 76,26%, para $k=1$, a zero, para $k \geq 13$. A pobreza média (A) aumentou até $k = 12$, chegando a zero quando utilizado 13 indicadores, pois não havia nenhuma mulher com este número de privações. A última coluna apresenta o M_0 , que varia de 0,092 a zero, logo, as mulheres são consideradas privadas no máximo em 9% dos indicadores.

Na medida geral, onde $k = 6$, a proporção de mulheres consideradas multidimensionalmente pobres é igual a 1,32%, representando apenas 723 mulheres. Na medida da intensidade da pobreza (A), as pessoas representam em média privação em 4 indicadores dos 18 selecionados na pesquisa.

5.4. Incidência e intensidade da pobreza na região Sul

Nesta região, quando utilizado $k=1$, aproximadamente 74% das mulheres foram consideradas pobres, assim, também é possível concluir, que cerca de 26% da população

do Sudeste é considerado não privado (NP) em nenhum dos dezoito indicadores selecionados. Quanto maior o valor de k , o número de mulheres multidimensionalmente pobres diminui, como por exemplo, quando $k \geq 11$, não existem mulheres pobres. Nesta região, em especial, as mulheres apresentaram o menor número de privações se comparada com as demais regiões, enquanto que o Norte e o Nordeste são as regiões em que as mulheres são privadas em mais indicadores, isto é, são privadas em no máximo 14 indicadores.

Tabela 9. Pobreza multidimensional na região Sul para k indicadores em 2012.

k	Total de mulheres	Nº de pobres	H	A	M_0
1	28707	21351	0,743	0,118	0,088
2	28707	13460	0,468	0,155	0,072
3	28707	6771	0,235	0,199	0,047
4	28707	2742	0,095	0,247	0,023
5	28707	898	0,031	0,298	0,009
6	28707	242	0,008	0,356	0,003
7	28707	75	0,002	0,407	0,001
8	28707	16	0	0,475	0
9	28707	6	0	0,527	0
10	28707	3	0	0,555	0
11	28707	0	0	0	0

Fonte: Elaborada pelos autores.

A proporção de pobres varia de 74,38%, para $k=1$, a zero, para $k \geq 11$. A pobreza média (A) aumentou até $k = 10$, chegando a zero quando utilizado 11 indicadores, pois não havia nenhuma mulher com este número de privações. A última coluna apresenta o M_0 , que varia de 0,0881 a zero, onde as mulheres são consideradas privadas no máximo em aproximadamente 8% dos indicadores.

Na medida geral, $k=6$, a proporção de mulheres consideradas multidimensionalmente pobres é igual a 0,84%, representando apenas 242 mulheres. Na medida da intensidade da pobreza (A), as pessoas representam em média privação em 4 indicadores dos 18 selecionados na pesquisa.

5.5. Incidência e intensidade da pobreza na região Centro Oeste

Nesta região, quando utilizado $k=1$, aproximadamente 79% das mulheres foram consideradas pobres: cerca de 31% da população feminina é considerada não privada (NP) em nenhum dos dezoito indicadores selecionados. Quanto maior o valor de k , não existe pessoa pobre, como por exemplo, quando $k \geq 12$.

A proporção de pobres varia de 78,72%, para $k=1$, a zero, para $k \geq 12$. A pobreza média (A) aumentou até $k = 11$, que chega a zero quando utilizado 12 indicadores; não havia nenhuma mulher com este número de privações. A última coluna apresenta o M_0 , que varia de 0,1035 a zero, que indica que as mulheres são privadas em no máximo 10% dos indicadores.

Na medida geral, onde $k = 6$, a proporção de pessoas consideradas multidimensionalmente pobres é igual a 1,94%, representando 380 mulheres. Na medida da intensidade da pobreza (A), as pessoas representam em média privação em

4 indicadores.

Tabela 10 – Pobreza multidimensional na região Centro Oeste para k indicadores em 2012.

K	Total de mulheres	Nº de pobres	H	A	M₀
1	19574	15409	0,787	0,131	0,103
2	19574	10547	0,538	0,166	0,089
3	19574	6019	0,307	0,208	0,64
4	19574	2832	0,144	0,255	0,036
5	19574	1127	0,057	0,304	0,017
6	19574	380	0,019	0,358	0,006
7	19574	115	0,005	0,416	0,002
8	19574	40	0,002	0,468	0
9	19574	12	0	0,523	0
10	19574	4	0	0,569	0
11	19574	1	0	0,611	0
12	19574	0	0	0	0

Fonte: Elaborada pelos autores.

5.6. Decomposição das grandes regiões por grupos

No último passo do método AF, optou-se por decompor a população por indicador com maior privação em cada dimensão e identificar quais são os indicadores que apresentam maior número de mulheres privadas em cada grande região.

Primeiramente, na dimensão acesso a condições básicas de sobrevivência, o indicador que apresenta maior número de privações é o destino do lixo domiciliar; no acesso ao trabalho e renda, destaca-se a faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita*; na dimensão acesso ao conhecimento, a posse do microcomputador apresenta maior privação; e na dimensão controle sobre o próprio ambiente, a condição de ocupação do domicílio tem maior privação.

Além disso, os quatro indicadores onde as mulheres sofrem mais privação são iguais para as todas as grandes regiões brasileiras, são elas respectivamente: a posse do microcomputador, os anos de estudo, a faixa de rendimento e o destino do lixo. Segundo o RDH (PNUD, 2010), a posse do microcomputador contribui com a expansão das informações e aumenta a capacidade dos indivíduos de exprimirem suas opiniões. O indicador “tem microcomputador” apresenta a maior privação entre as mulheres, pois em todas as grandes regiões mais de 95% das mulheres não possuem acesso a este bem (Ver Tabela 12).

O segundo indicador que mais apresenta privação entre as mulheres, anos de estudo, é, segundo a UNESCO (2014), um meio para a redução da pobreza, pois com o aumento dos anos de estudo, aumentam-se as chances de se conseguir um trabalho e de ter uma vida saudável. A grande região Sudeste é onde as mulheres são mais privadas, chegando a quase 95% da população pobre, quando $k=6$. Por outro lado, as mulheres das regiões Norte e Nordeste apresentam a menor privação, aproximadamente 87% delas possuem 6 anos ou menos de estudo.

Tabela 12. Porcentagem de mulheres privadas nos indicadores que sofrem maior privação, para $k=6$.

Dimensões/ Grandes Regiões	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
Tem microcomputador	99,24%	99,55%	99,17%	97,10%	96,57%
Anos de estudo	86,83%	86,90%	94,32%	92,56%	91,05%
Faixa do rendimento	86,16%	85,26%	81,05%	77,68%	72,63%
Destino do lixo	78,24%	81,78%	66,39%	53,71%	71,31%

Fonte: Elaboração própria.

O indicador faixa do rendimento é o terceiro que apresenta maior privação entre as mulheres. Conforme Tabela 13, a região Centro Oeste é a que está em melhor situação, porém ainda 72,63% das mulheres consideradas pobres ainda recebem menos de $\frac{1}{2}$ salário mínimo mensal. As regiões Norte e Nordeste apresentam as maiores proporções, 86,16% e 85,26%, respectivamente. Segundo Sen (2000), embora a renda não seja o único meio possível para a redução da pobreza, ainda é considerada uma das mais importantes dimensões da pobreza.

Analisando os dois últimos indicadores citados acima, isto é, os anos de estudo (educação) e faixa do rendimento (renda), é possível verificar que as grandes regiões brasileiras, Norte e Nordeste são as mais privadas no quesito renda, por outro lado, apresentam a menor privação no quesito educação. Nesse sentido, os resultados encontrados confirmam a perspectiva de SEN (2000) de que a pobreza precisa ser compreendida como privação de capacitações, e não meramente como privação de renda, pois a renda é apenas instrumentalmente importante.

O destino do lixo é o quarto indicador a apresentar maior privação entre as mulheres. A importância de um destino adequado para o lixo é para evitar a proliferação de causadores de doenças (leptospirose, cólera, diarreias e hepatites), além de evitar enchentes, manter a cidade limpa e livre do mau cheiro (DSS, 2014). Neste indicador há maiores diferenças entre as grandes regiões brasileiras: enquanto quase 82% das mulheres que vivem no Nordeste sofrem privação neste indicador, na região Sul, o número é bem reduzido se comparado ao Nordeste, 'apenas' 53,71% das mulheres não tem acesso a um destino adequado para seu lixo.

6. Considerações Finais

O método Alkire Foster (AF) contribui para a definição de políticas públicas de combate à pobreza, pois permite a inclusão de múltiplas dimensões, além da renda monetária. Além disso, é possível decompor a unidade de análise por grupos, de modo a mostrar a composição da pobreza entre os diferentes grupos, permite verificar as dimensões e indicadores que mais contribuem para o fenômeno da pobreza, possibilita a análise da pobreza através do tempo e também complementa outras medidas de pobreza, como a monetária.

Sob o enfoque da pobreza como privação de capacitações básicas, este artigo aplicou o método AF para estudar a pobreza multidimensional das mulheres das grandes regiões brasileiras no ano de 2012. Como contribuição ao debate do tema, este artigo busca descrever uma situação atual da natureza da pobreza e da desigualdade entre as mulheres nas grandes regiões brasileiras, que não se limita a carência de renda monetária

e engloba múltiplas dimensões de vida privadas.

Foram selecionados quatro dimensões (condições básicas de sobrevivência, acesso ao trabalho e renda, acesso ao conhecimento e controle sobre o próprio ambiente) e dezoito indicadores. Foi possível identificar que o destino do lixo domiciliar, a faixa de rendimento, a posse do microcomputador e a condição de ocupação foram os indicadores que mais apresentaram privações em cada dimensão, respectivamente. Além disso, na decomposição por grande região, todas elas apresentaram os mesmos indicadores como sendo os que apresentaram maior privação entre as mulheres: posse do microcomputador, anos de estudo, faixa de rendimento e o destino do lixo.

Os resultados obtidos na pesquisa multidimensional da pobreza mostraram que quando $k=6$, ou seja, quando as mulheres são privadas em pelo menos seis indicadores, a região Norte revelou a maior proporção de mulheres pobres e região Sul foi a que apresentou a menor proporção.

Os resultados obtidos neste artigo combinam aspectos quantitativos e qualitativos, ao revelar a quantidade de privações que as mulheres enfrentam, que define o número de pobres, a quantidade de privações que enfrentam em média, que estabelece a intensidade da pobreza, e por fim, os resultados foram decompostos, o que permitiu identificar os indicadores com maior privação em cada dimensão e os indicadores que apresentam maior número de mulheres privadas em cada grande região. A identificação dos indicadores de maior privação entre as mulheres é de interesse para as políticas públicas, por melhor retratarem a privação das mulheres.

Como limitação do artigo, destacam-se a carência de dados disponíveis da PNAD, em especial a dimensão saúde, e em relação ao método AF que não captura da pobreza relativa. Como sugestão para futuras extensões, sugere-se a inclusão dos homens e a decomposição de gênero, para investigar a desigualdade entre homens e mulheres e a decomposição por estados e/ou regiões metropolitanas.

Referências

- ALBUQUERQUE, M. R. de; CUNHA, M. S. da. Uma análise da pobreza sob o enfoque multidimensional no Paraná. *Revista de Economia*, v.38, n.3 (ano 36), p.45-64, set.\ dez.2012. Editora UFPR.
- ALKIRE, S. Choosing Dimensions: the Capability Approach and Multidimensional Poverty. *Munich Personal RePEc Archive (MPRA)*, n. 8862, 2008.
- ALKIRE, S. Dimensions of Human Development. *World Development*, v. 30, n. 2, p. 180-205, 2002.
- ALKIRE, S. Summer School on Capability and Multidimensional Poverty. Oxford: University of Oxford, 2011. (Oxford Poverty & Human Development)
- ALKIRE, S.; FOSTER, J. Counting and Multidimensional Poverty. Oxford: University of Oxford, 2007. (Oxford Poverty & Human Development Initiative Working Paper, n. 7).
- ALKIRE, S.; FOSTER, J. Counting and Multidimensional Poverty. In: *The Poorest and Hungry: Assessment, Analyses, and Actions*. Washington: International Food Policy Research Institute, 2009. Disponível em: < <http://www.ifpri.org/sites/default/files/publications/oc63ch03.pdf> > Acesso em Jan, 2013.
- ALKIRE, S.; SANTOS, M. E. Poverty and Inequality Measurement. In: *An Introduction to the Human Development and Capability Approach: Freedom and Agency*, 2009
- ALKIRE, S.; SANTOS, M. E. Acute Multidimensional Poverty: A New Index for Developing Countries. *Proceedings of the German Development Economics Conference*, Berlin,

2010, nº 3.

ALKIRE S.; S. SETH. Multidimensional Poverty and BPL measures in India: A comparison of methods – Working Paper No. 15, Oxford Poverty & Human Development Initiative, Oxford University 2009.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. Pobreza Multidimensional no Brasil. Brasília: IPEA, 2006. (Textos para discussão nº 1227).

DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE (DSS). Aspectos sociais relacionados à coleta e à reciclagem do lixo no Brasil. Disponível em: <http://dssbr.org/site/>. Acesso em: 01 out. 2014.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000. São Paulo, 2012.

GALLO, C. R.; ROCHE, J. M. Las dimensiones de la pobreza en Venezuela y sus cambios entre 1997 y 2010: propuesta de una medida multidimensional. Banco Central de Venezuela. Colección Economía y Finanzas. Serie Documentos de Trabajo. Octubre, 2011 (Nº 126).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Atlas de saneamento. Coordenação de Geografia - Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2012/default.shtm> Acesso em: 15 set. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Comunicado 58: Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil. Brasília, jul. 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 27 nov. 2013.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. Economia e Sociedade, v. 15, n. 1, p. 79-112, 2006.

KERSTENETZKY, C. L.; VECCHIO, R. D.; CARVALHO, M. M. de. Uma metodologia para estimação da pobreza multidimensional aplicada às regiões metropolitanas brasileiras – 2003 e 2008. Center for Studies on Inequality and Development, Niterói, 2011. (Texto para discussão nº 35).

MARIN, S. R.; OTTONELLI, J. Medida Multidimensional da Pobreza: um exercício em Palmeira das Missões-RS. Redes 13.3 (2009): 241-265.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portal do DATASUS. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02>. Acesso em: 20 jun. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Relatório de Monitoramento Global de EPT 2013/2014: Ensinar e Aprender: alcançar a qualidade para todos.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Human Development Report 1992: Global Dimensions of Human Development. New York: Oxford University Press, 1992.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Human Development Report 1994: New Dimensions of Human Security. New York: Oxford University Press, 1994.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Human Development Report 2010: The Real Wealth of Nations – Pathways to Human Development. New York: Oxford University Press, 2010.

SANTOS, L.; KERSTENETZKY, C. L. Pobreza como privação de liberdade: o caso da favela do Vidigal no Rio de Janeiro. Center for Studies on Inequality and Development, Niterói, 2010. (Texto para discussão nº 23).

SEN, A. K. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TODARO, M. P.; SMITH, S. C. Economic Development. 10th ed. (1955)